






Indicadores Sociais da Segurança Alimentar e Nutricional em municípios do CONSAD Vale do Jiquiriçá, Bahia, Brasil

Indicadores Sociales Of Food and Nutritional Security In Municipalities In Consad Vale do Jiquiriçá, Bahia, Brazil

Joelma Claudia Silevira Ribeiro¹ 
Sandra Maria dos Santos² 
Tania Mara Buranelli Soares³ 
Juçara Ana Bastos da Costa Accioly⁴ 
Barbara Eduarda Panelli-Martins⁵ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2021v6n1.57742](https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2021v6n1.57742)

Recebido em: 18/02/2021
Aprovado em: 08/06/2021

Resumo: Objetivo: Avaliar a situação de Segurança Alimentar e Nutricional e seus determinantes nos municípios do Consórcio de Segurança Alimentar - CONSAD do Vale do Jiquiriçá – Bahia, Brasil. Métodos: Aplicou-se um Protocolo com 19 Indicadores distribuídos entre suas quatro dimensões (disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, consumo dos alimentos e utilização biológica dos nutrientes) nos 9 municípios estudados. Resultados: Identificou-se insegurança alimentar leve para todo o território quanto a disponibilidade ao consumo e à utilização biológica de nutrientes, e identificou insegurança alimentar moderada na dimensão de acesso, sendo possível indicar quais variáveis definem a situação. Conclusão: A insegurança alimentar foi uma condição presente em todos os municípios estudados. Foi possível identificar quais variáveis estavam comprometendo o melhor desempenho dos municípios do CONSAD nas diferentes dimensões, portanto, o método aplicado gera orientações para a ação pública na direção da segurança alimentar e nutricional.

¹ Universidade Federal da Bahia – E-mail: caunuti@hotmail.com

² Universidade Federal da Bahia.

³ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

⁴ Universidade Federal da Bahia.

⁵ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Indicadores; Determinantes Sociais; Avaliação Nutricional.

Abstract: Objective: to evaluate the food and nutrition security situation and determinants in municipalities of Bahia state that are part of the CONSAD *Vale do Jiquiriçá*, Methods: Applied a Protocol with 19 Indicators distributed among its four dimensions (food availability, access to food, food consumption and biological use of nutrients) was applied in the 9 municipalities studied. Results: Mild food insecurity was identified for the entire territory in terms of availability for consumption and biological use of nutrients, and identified moderate food insecurity in the dimension of access, making it possible to indicate which variables define the situation. Conclusion: Food insecurity was a condition present in all the municipalities studied. It was possible to identify which variables were compromising the best performance of the CONSAD municipalities in the different dimensions, therefore, the method applied generates guidelines for public action in the direction of food and nutritional security.

Keywords: Food and nutrition security; Indicators; Social Determinants; Nutrition assessment.

1. Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional - SAN é entendida como um fenômeno complexo e multidimensional que se desenvolve em um processo contínuo, em diferentes níveis (Bezerra, 2015). Constitui um objetivo estratégico e permanente de políticas públicas orientadas pelos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA e da soberania alimentar. Assim o objetivo da SAN engloba e qualifica a erradicação da Fome, da desnutrição e manifestações mais graves de insegurança alimentar (Maluf, 2006). A SAN, contempla pelo menos quatro dimensões: disponibilidade de alimentos; consumo de alimentos; acesso aos alimentos e utilização biológica de nutrientes. Amplia-se incorporando às esferas de produção agrícola e do abastecimento, as dimensões do acesso, das carências nutricionais e da qualidade dos alimentos, da garantia de conservação e controle da base genética do sistema agroalimentar (Anschau, 2007; Nascimento et al 2019).

A SAN, conforme definida em Lei, contempla intervenções em vários campos da ação pública (Ramos, 2020). Dada esta abrangência, o conceito de SAN foi adotado no país em 2006 Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) a partir da realização da Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e consiste em:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2010).

Dados das Pesquisas Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram melhora nos resultados da SAN da população, com redução da situação de Insegurança Alimentar (IA). Entretanto, mesmo diante dessa conjuntura 14,7 milhões de domicílios particulares convivem ainda com situações de privação e fome, (IBGE, 2014).

A aprovação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, em 2010, orientada pelos parâmetros estabelecidos na LOSAN (Lei 11.346/06), com objetivo assegurar o DHAA e a soberania alimentar de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente (BRASIL 2010). Há um entendimento de que políticas e sistemas de SAN devem ter forte vínculo territorial, de forma a potencializar a aplicação de recursos sempre escassos em face de demandas sempre crescentes e complexas. Muitos estudos têm adotado abordagens territoriais para avaliar a extensão dos depósitos de alimentos para a autossuficiência das comunidades atendidas (Galli et al, 2020). Isto é, há uma tendência de serem analisados os problemas e dirigidas intervenções não somente para indivíduos, ou famílias, mas para territórios, entendendo-se ser uma forma de promover maior impacto na alteração das condições de vida das pessoas.

A abordagem territorial e a descentralização das políticas públicas contribuíram para a definição da proposta de um novo padrão de intervenção do Estado, no qual, em lugar dos investimentos de corte setorial, caberia a este apoiar iniciativas com o escopo mais amplo, o desenvolvimento territorial, intersetorial e enraizado localmente, (Oliveira et al, 2017).

Na Bahia, os territórios rurais passaram a ser chamados de Territórios de Identidade formados a partir da política de desenvolvimento territorial federal e estadual. Dentre os 27 Territórios de Identidade desse Estado, está situado o Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá –TIVJ, (Santos, 2017). A Lei Estadual 13.214/2014 dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia e o Decreto Nº 16.792/2016 institui a Agenda Territorial

da Bahia com a finalidade de propiciar oportunidades de desenvolvimento dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia (BAHIA, 2014, BAHIA, 2016).

Nesta perspectiva, propostas de territorialização para as políticas públicas foram construídas, a exemplo da criação dos CONSAD's. Com o objetivo de promover a associação entre municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, em uma parceria entre poder público e sociedade civil, no bojo do Fome Zero, os CONSAD's foram criados em 2004, como uma iniciativa que visa promover a Segurança Alimentar através de uma política territorial. A criação desses consórcios no Brasil segue na direção de valorizar o espaço no qual vivem os sujeitos para aperfeiçoamento da ação pública em favor da SAN e do desenvolvimento. A criação de Consórcios segue na direção de viabilizar ações conjuntas, tendo como objetivo maior tornar permanente as articulações para promoção de ações de forma institucionalizada, visando prioritariamente integrar as esferas da produção, comercialização, consumo e crédito nas regiões mais pobres do país que enfrentam maior risco de insegurança alimentar e nutricional. Trata-se, assim, de uma modalidade eficiente de cooperação que possibilita discutir, planejar, decidir e implantar ações de desenvolvimento local para melhoria da população envolvida (BRASIL, 2009; Bonnal, 2011).

Este estudo teve como objetivo avaliar a situação de SAN e seus fatores determinantes relacionados com a ocorrência de insegurança alimentar entre os municípios membros do CONSAD Jiquiriçá em 2012.

2. Aspectos Metodológicos

2.1. Cenário do estudo

O Território do Vale do Jiquiriçá é um dos 27 Territórios de Identidade existentes no Estado da Bahia, formados a partir da política de desenvolvimento territorial federal e estadual, e corresponde a 21 dos 25 municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá, situada ao oeste do Recôncavo Baiano, a aproximadamente 150 km da cidade de Salvador (Connap, 2002). Este estudo foi realizado junto ao CONSAD Vale do Jiquiriçá, o qual é integrante do Território Vale do Jiquiriçá.

No Brasil foram implantados 40 CONSAD's, na Bahia foram implantados dois: o de Brumado e o do Vale do Jiquiriçá, com a finalidade de coordenar a implantação de ações e projetos agroalimentares visando a redução de pobreza, (Olalde et al., 2010). Os consórcios, a partir da Lei nº 11.107/05, passaram a ter personalidade jurídica, assumiram

obrigações e adquiriram direitos, segue uma estrutura de funcionamento proposta no Guia do CONSAD, feito pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) em 2004.

Os Consórcios buscam compor ações integradas para as especificidades de cada região, objetivam construir um desenho institucional de política diferente, envolvendo tanto as esferas federal, estaduais e municipais quanto à sociedade civil. São associações entre municípios e tem como missão efetuar ações conjuntas no que se refere aos problemas locais relacionados à promoção da segurança alimentar. Se institucionaliza a ação dos Consórcios através da criação de conselhos deliberativos, nos quais os municípios integrantes do Consórcio são representados pelo poder público e sociedade civil. Em suma, a proposta de um CONSAD é fortalecer a esfera local, mediante uma política permanente de geração de emprego e renda, garantindo assim o acesso a uma alimentação regular e adequada, corroborando com a noção de segurança alimentar, (Bidarra, 2012).

A pesquisa foi realizada em amostras de municípios pertencentes ao território CONSAD do vale do Jiquiriçá, integrado por 09 municípios de pequeno porte⁶ (Amargosa, Brejões, Cravolândia, Jiquiriçá, Laje, Maracás, Mutuípe, Nova Itarana e Ubaira). Este território possui identidade social e geográfica compartilhada em consequência da localização, paisagem e características ambientais comuns, infraestrutura interna de comunicações e de serviços e história da produção de uma série de culturas comerciais orientadas aos mercados regionais. Interligando-se com os principais centros regionais através de uma infraestrutura viária de cinco rodovias federais e dezesseis estaduais. Apesar da sua pouca extensão, seu espaço é bastante heterogêneo, abrigando diversificações internas, exemplificadas pelas diferenças geoclimáticas e, conseqüentemente, socioeconômicas, existentes nos seus subespaços (PTDRSS, 2017).

Os municípios em geral, possuem baixo grau de desenvolvimento social, principalmente se consideradas as informações médias para o Estado da Bahia, bem como muitos indicadores apresentam valores próximos ou inferiores aos apresentados para o Estado. Conforme a estimativa de 2016 cinco dos nove municípios do CONSAD Vale do Jiquiriçá superam o patamar dos 20.000 habitantes a saber: Amargosa, Laje, Maracás,

⁶ Os municípios de pequeno porte são aqueles com menos de 50 mil habitantes (IBGE, 2019)

Mutuípe e Ubaíra. Esses municípios somam 129.236 habitantes, portanto 74,52% da população do território. Dois dos nove municípios tem menos de 10.000 habitantes: Cravolândia e Nova Itarana, (PTDRSS, 2017). Os municípios de Maracás e de

Amargosa são os maiores do território segundo número de habitantes com mais de 30 mil. E mesmo os municípios com alta taxa de urbanização têm uma concentração de quase totalidade das suas atividades econômicas e mão-de-obra correlacionadas direta/indiretamente com o setor agrícola/pecuária. Visto que 48,5% destas estão na área urbana e os demais 51,5% em áreas rurais.

Apesar da evolução nos últimos anos do IDH, nos municípios do Vale do Jiquiriçá, ainda se situa abaixo da média da Bahia, de 0,660. Apenas três dos nove municípios do território tem IDH superior a 0,600, com destaque para Amargosa (0,625), Maracás (0,607) e Mutuípe (0,601). Os números mais baixos foram apurados em Jiquiriçá com (0,553) e Nova Itarana (0,524).

A baixa renda mensal familiar *per capita* e a desigualdade na distribuição da renda entre os domicílios de um mesmo município foi destacada em estudos anteriores e revelou fatores que estavam aumentando as chances de famílias nos domicílios viverem em insegurança alimentar: a renda familiar *per capita* < ¼ do salário mínimo; número de moradores no domicílio > que 4 pessoas. Esses dados evidenciaram ser o Vale do Jiquiriçá um território de risco para a SAN, demonstrando que os resultados podem colaborar com gestão pública a conhecer os problemas no território e orientar sobre a direção das ações necessárias para intervir de forma efetiva e eficaz.

A decisão de desenvolver o projeto no Vale do Jiquiriçá considerou, além do exposto, a melhor acessibilidade, a existência de outros projetos coordenados à época pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDES para o mesmo território e a possibilidade de trabalho conjunto no campo da SAN com docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Esta escolha considerou o conjunto de projetos de pesquisa desenvolvidos nos municípios por pesquisadores da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Além disso, foi determinante a aceitação dos gestores municipal para a realização do estudo.

2.2. avaliação indireta da insegurança alimentar e nutricional

2.2.1. Avaliação da SAN: breve revisão sobre métodos

A partir das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e da criação da LOSAN, novos e melhores métodos para avaliação da SAN a nível municipal

foram surgindo. O município passou a ser a esfera mais importante para realização da avaliação da SAN, tendo em vista a descentralização de políticas públicas sociais, visando a implementação das ações voltadas para a promoção da SAN (Panelli-Martins et al., 2008).

A SAN, no entanto, é um fenômeno complexo, e sua avaliação representa desafios metodológicos tendo em vista as múltiplas dimensões envolvidas. Burlandy (2007) ao analisar as dimensões da SAN, por exemplo, afirma que não há como promover um consumo adequado sem incidir sob o sistema produtivo que determina a forma como o alimento é produzido, comercializado e disponibilizado. Segundo a autora o enfrentamento desse processo impõe uma abordagem integrada de programas que incidem sobre os múltiplos determinantes, uma vez que é essencial articular a dimensão alimentar (produção, comercialização e consumo) e a dimensão nutricional (utilização do alimento pelo organismo e sua relação com a saúde). Rose (2008) afirma que para a maioria dos países latino-americanos a insegurança alimentar é menos um problema de disponibilidade e mais uma questão de acesso e utilização biológica. Isso implica também em estoques adequados, fluxos dos alimentos e dinheiro suficiente para satisfazer as necessidades básicas.

A FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO, desde a Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, tem enfatizado a relevância da implementação de sistemas para monitoramento e avaliação da SAN nos países. Também foi divulgado pela FAO um guia municipal que visa a auxiliar os governos na construção do plano de ação. Neste guia está proposto um protocolo simplificado de indicadores divididos em quatro dimensões da SAN, a saber: disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, consumo de alimentos e utilização biológica de nutrientes (Móron, 2001). A estas dimensões que podem ser consideradas clássicas na avaliação da SAN, destacando-se que alguns autores (Gross et al., 2000 e Kepple 2010) acrescentam a dimensão da estabilidade, relativa ao grau de perenidade da utilização, do acesso e da disponibilidade.

Assim medir a SAN municipal representa um desafio devido à complexidade e ao vasto número de fatores associados a este fenômeno. Perez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008) recomendam o desenvolvimento de um instrumento regional que possa ser adaptado aos contextos locais.

Tendo em vista o exposto, Panelli-Martins, 2008 pesquisadora do Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas desenvolveu um Protocolo de Indicadores para avaliação da SAN municipal.

2.2.2 Protocolo de Indicadores

O protocolo implica em coleta de informações disponíveis em bases de dados oficiais e públicas como o Departamento de Informática do Sistema único de Saúde – DATASUS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, O Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB, que são as principais fontes citadas pelos estudos brasileiros ou internacionais, por representarem informações de fácil acesso e ampla cobertura. As fontes, juntamente com outras informações sobre as premissas, fórmulas, critérios, parâmetros e pontuações dos indicadores foram utilizadas segundo o detalhado no quadro 1 e 2. A coleta foi realizada no período de março a dezembro de 2011.

O protocolo utilizado nesse estudo é composto por 19 indicadores, agrupados nas quatro dimensões da avaliação da SAN: 1) Disponibilidade dos alimentos, que se refere ao transporte, à produção, armazenamento e à comercialização de alimentos no município que podem limitar a oferta de alimentos à população; 2) Acesso aos alimentos, referindo-se a fatores sociais, econômicos e culturais que interferem no consumo de alimentos; 3) Consumo de alimentos, que inclui aspectos relacionados às condições de saúde e nutrição que reflitam o consumo de alimentos e; 4) Utilização biológica de nutrientes, que se relaciona às condições de acesso a serviços sociais, de saneamento e de saúde que possam limitar a utilização dos nutrientes presente nos alimentos consumido. Para cada indicador há uma premissa que visa estabelecer o elo entre o resultado obtido pelo indicador e o conceito que orienta a avaliação da SAN.

Detalhes deste protocolo a exemplo dos indicadores distribuídos entre as diferentes dimensões, estão dispostos no quadro 1. Para leitura dos resultados obtidos adotou-se uma escala de valores dividida em quatro partes, de tal forma que a soma dos resultados por dimensão pode corresponder a percentuais diferentes de desempenho nas dimensões, as quais se referem a diferentes situações de Segurança Alimentar e Nutricional-SAN e Insegurança Alimentar e Nutricional – IAN (Leve, moderada e grave), conforme apresentado no quadro 2.

Neste estudo o protocolo foi aplicado para os nove municípios do CONSAD Vale do Jiquiriçá (Amargosa, Brejões, Cravolândia, Jiquiriçá, Laje, Maracás, Mutuípe, Nova Itarana, e Ubaíra) e obteve resultados para cada uma das dimensões. Observa-se que com

o protocolo foi possível, tendo em vista um determinado resultado, retornar aos indicadores e verificar em quais aspectos os problemas que comprometem a segurança alimentar no município e no território se referem.

Quadro 1: Protocolo de Indicadores por Dimensão

Dimensão Disponibilidade		
Está relacionada com a produção, o armazenamento, o transporte e a comercialização dos alimentos e outros fatores que interferem na disponibilidade de alimentos para a população do município		
1. Existência de armazéns de alimentos no município	2. Existência de vias de acesso ao município	3. Existência de vias intramunicipais em boas condições de acesso
4. Existência de estratégias de aproximação do pequeno produtor com o consumidor	5. Existência de cooperativas de pequenos produtores	6. Diversidade de linhas de fontes para crédito ao pequeno produtor
Dimensão Acesso		
Engloba fatores sociais, econômicos e culturais que interferem na aquisição dos alimentos		
1. Renda média do responsável pelos domicílios	2. Distribuição dos domicílios segundo anos de estudo do responsável pelo domicílio	3. Número médio de moradores por domicílios particulares
4. Percentual de famílias chefiadas por mulheres		
Dimensão Consumo de alimentos		
Relaciona-se com o padrão alimentar de uma população e aos fatores sociais, econômicos e culturais que interferem no mesmo.		
1. Percentual de aleitamento materno exclusivo	2. Percentual de crianças com baixo peso ao nascer	3. Percentual de crianças <5 anos com déficit ponderal para idade
Dimensão Utilização Biológica de alimentos		
Relaciona-se com as condições de acesso aos serviços sociais, de saneamento e de saúde e suas repercussões na alimentação e nutrição do indivíduo/população.		

1. Coeficiente de Mortalidade infantil	2. Percentual de residências servidas com água tratada	3. Percentual de residências servidas com coleta de lixo doméstico
4. Percentual de residências com coleta de esgoto doméstico	5. Cobertura do PSF	6. População atendida pelos ACS

Quadro 2: Escala de pontuação (percentual) e categoria

PONTOS	CATEGORIA	DEFINIÇÃO
0 a 24,9%	IAN GRAVE	Situação em que um maior número de fatores, comprometeria a realização plena do conceito, caracterizando uma situação de privação e fome
25 a 49,9%	IAN MODERADA	Situação em que um maior número de fatores, comprometeria a realização plena do conceito, caracterizando uma situação de maior vulnerabilidade à privação e à fome.
50 a 74,9%	IAN LEVE	Situação em que alguns fatores, comprometeriam a realização plena do conceito, com relativa vulnerabilidade à privação e à fome
≥75%	SAN	Situação ideal em que um conjunto de fatores atuaria para garantir a realização plena do conceito de segurança alimentar e nutricional

3. Resultados e Discussão

3.1 A situação de SAN municipal local

Considerando os municípios estudados utilizando o Protocolo de Indicadores, foi possível identificar para o CONSAD Vale do Jiquiriçá o resultado de 53,7% de IAN (e destes 55% de Insegurança Alimentar e Nutricional Leve - IAN e 45% de Insegurança Alimentar e Nutricional moderada – IAN). Estudos realizados por Pereira et al (2019) em municípios de um território na Bahia aplicado com mesmo protocolo encontrou

resultados globais, em que foram classificados em situação de IAN sendo 24,6% em IAN leve, 71,9% em IAN moderada e 3,5% em IAN grave.

Os resultados da avaliação para cada município representados por dimensão revelaram que as condições favoráveis ou constrangedoras ao alcance da SAN diferem segundo as categorias (Gráficos 1, 2, 3, 4). Chama atenção o município de Brejões que apresentou situação de IAN Moderada em duas das quatro dimensões analisadas (Disponibilidade e Consumo), sendo este o pior resultado no território (Gráficos 1 e 3). Neste revelou-se os seguintes resultados: Inexistência de armazéns para estoque de alimentos; Inexistência de cooperativas de pequenos produtores; alto percentual de crianças com baixo peso ao nascer; baixo percentual de aleitamento materno exclusivo; deficiente cobertura do saneamento básico, tais como: falta de acesso a água tratada, coleta de lixo doméstico e esgotamento sanitário, de forma que a exposição familiar a condições adversas de saneamento básico influencia diretamente na saúde da família, portanto em sua segurança alimentar e nutricional.

O município de Nova Itarana obteve o resultado (33%) IAN Moderada na Dimensão de Disponibilidade (Gráfico 1). Pode se perceber através dos resultados na Dimensão de Disponibilidade a inexistência de armazéns para estoque de alimentos, inexistência de vias intra-municipais em boas condições de acesso, inexistência de cooperativas de pequenos produtores e diversidade de linhas de fontes para crédito ao pequeno produtor.

Os municípios de Cravolândia e Maracás obtiveram os mesmos resultados (33%) IAN Moderada na Dimensão de Acesso (Gráfico 2). No que se refere aos baixos resultados na Dimensão de Acesso nesses dois municípios chama atenção a distribuição dos domicílios segundo anos de estudo do responsável pelo domicílio particulares com 4 anos de estudo (IBGE). Sabe-se que a escolaridade influencia não só as chances de obter uma melhor remuneração no trabalho e bem como a seleção e o preparo de alimentos.

No que se refere ao Consumo de alimentos foi identificado os mesmos resultados nos municípios de Brejões e Mutuípe (33% e 33%) apresentando situação de IAN Moderada (Gráficos 3). Acredita-se que devido ao baixo percentual de aleitamento materno exclusivo que foi observado nessas cidades.

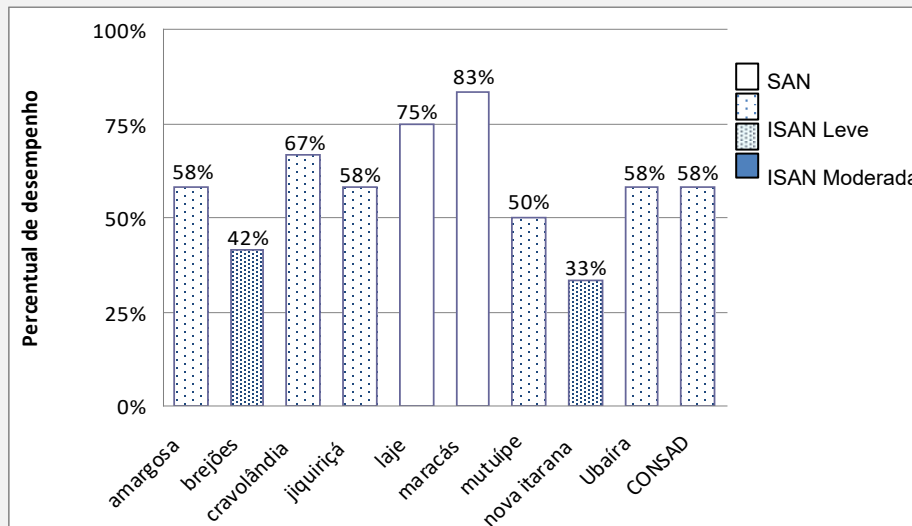
No geral deve ser destacado que não foi observada situação de insegurança alimentar e nutricional grave em nenhum dos municípios estudados em qualquer das dimensões consideradas (Gráficos 1, 2, 3 e 4). Este resultado difere do obtido pela

aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA aplicada nos municípios do CONSAD, que registrou insegurança alimentar em 70,3% dos domicílios particulares, sendo que este resultado apresentou-se dividido em três níveis de gravidade, sendo 34,3% em IAN leve, 23,3% em IAN moderada e 12,7% em IAN grave (RIBEIRO, 2012). Há que se considerar que os métodos da EBIA e do protocolo, pressupõem mensurar o mesmo fenômeno, mas em perspectivas diferentes.

Pode-se admitir, por exemplo, que em uma região na qual a disponibilidade de alimentos seja potencialmente adequada, a renda diferenciada da população compromete o acesso aos alimentos. O Vale do Jiquiriçá tem riquezas naturais e outras condições que explicam bons resultados quanto à disponibilidade de alimentos, mas a Renda Média *Per Capita* – RMMPC é baixa, sendo que a renda mensal familiar *per capita* se mostra relevante para a definição de insegurança alimentar. Em outro estudo da mesma autora encontrou-se que a IAN moderada e grave estava presente em 46,5% dos domicílios do CONSAD com Renda Média Familiar *Per Capita* - RMFPC inferior a $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo - SM. Esta prevalência reduziu-se para 24,1% entre os domicílios com renda entre meio e $\frac{1}{4}$ do SM e para 8,4% entre aqueles com RMFPC maior do que meio salário mínimo (RIBEIRO, 2012).

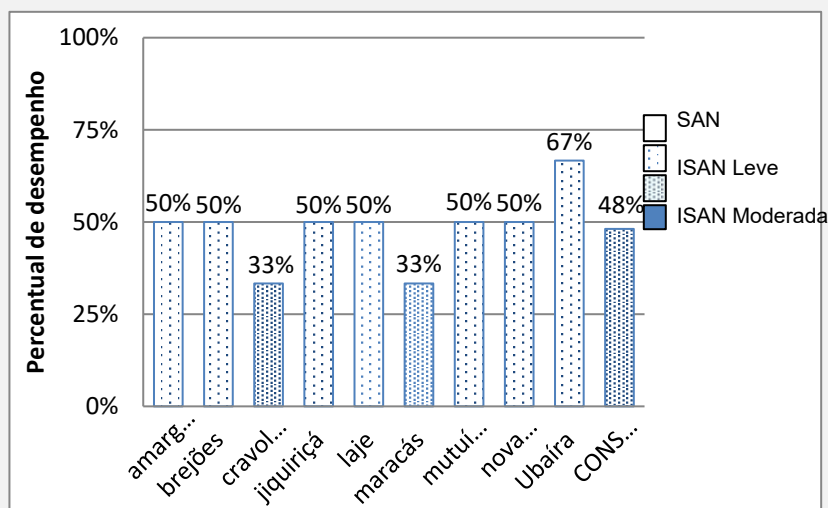
Observe-se que a variável renda está contemplada na construção de indicador para a Dimensão de Acesso e foi esta a única em que se obteve insegurança moderada no território. Estudos realizados por Rossi (2017) em Montevideu sobre a influência das características sócio-demográficas nas diferentes dimensões da insegurança alimentar domiciliar apontam que a renda familiar teve maior influência em todas as dimensões, o que indica uma forte relação entre renda e insegurança.

Gráfico 1: Avaliação da SAN por protocolo de indicadores - Dimensão de Disponibilidade de Alimentos



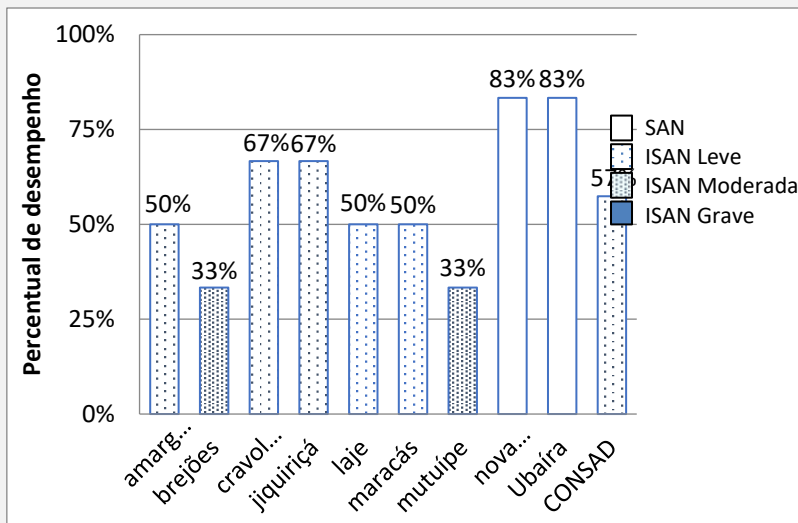
Fonte de dados: Elaborado pelas Autoras, 2012

Gráfico 2: Avaliação da SAN por protocolo de indicadores - Dimensão de Acesso ao Alimento



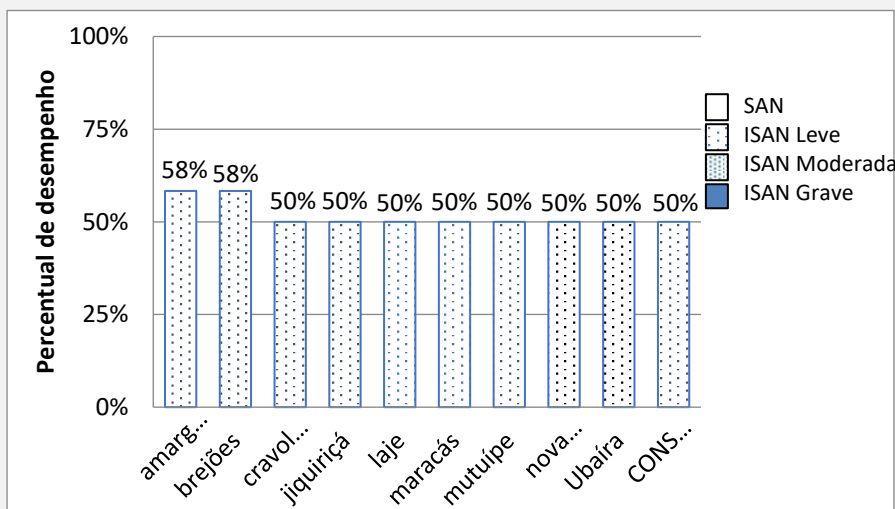
Fonte de dados: Elaborado pelas Autoras, 2012

Gráfico 3: Avaliação da SAN por protocolo de indicadores - Dimensão de Consumo de Alimento



Fonte de dados: Elaborado pelas Autoras, 2012

Gráfico 4: Avaliação da SAN por protocolo de indicadores - IV Dimensão de Utilização Biológica do Alimento



Fonte de dados: Elaborado pelas Autoras, 2012

Considerando a definição para as categorias de avaliação da SAN, destaca-se que a insegurança alimentar e nutricional leve medida pelos indicadores utilizados, em qualquer das dimensões, representa a existência de fatores que expressam vulnerabilidade e privação, portanto trata-se de um resultado que exige ação por parte dos gestores.

O número de pessoas afetadas pela fome em todo o mundo tem aumentado lentamente desde 2014. Dados da FAO mostra que o fardo da desnutrição em todas as

suas formas continua a ser um desafio, o relatório da avaliação da SAN com projeções de como poderá ser em 2030 mostram que o mundo não está no caminho para alcançar o Fome Zero até 2030. (FAO,2020).

3.2 Resultados Globais do território

3.2.1. A SAN na dimensão da disponibilidade de alimentos

Está relacionada a aspectos vinculados à produção e comercialização local de alimentos. Isto significa dizer, tendo em vista os indicadores utilizados, não existem problemas importantes para o abastecimento alimentar da população em termos de produção e distribuição de alimentos.

Contribuíram para estes resultados fatores como: Existência de vias de acesso aos municípios e entre Zona Rural e Urbana em boas condições, facilitando assim o escoamento dos produtos produzidos, o que pode favorecer maior oferta de alimentos como menor custo; Existência de estratégias de aproximação do pequeno produtor com consumidor devido a existência de uma feira livre semanal, facilitando o acesso da população de menor renda aos alimentos; Existência de uma cooperativa de pequenos produtores favorecendo assim o aumento da oferta local de alimentos e o aumento da renda das famílias dos pequenos produtores; Diversidade de linhas de crédito ao pequeno produtor refletindo positivamente na agricultura familiar e no autoconsumo, aumentando a renda familiar e garantindo condições mínimas de manutenção das atividades agropecuárias.

Mesmo tendo obtido bom resultado nesta dimensão, registrou-se nos municípios a inexistência de armazéns que pudessem garantir a estocagem de alimentos para abastecer o mercado interno por pelo menos dois meses, garantindo que possíveis problemas que afetam a produção, como alterações climáticas, e a comercialização, devido a entressafra que eleva os preços, por exemplo, não comprometam o acesso de toda a população aos alimentos. Resultados mostrados por Panelli-Martins et al (2008) após aplicação desse mesmo Protocolo no município de Mutuípe em outro momento destacou a inexistência de armazéns municipais para estoque de alimentos, de forma que os municípios deveriam possuir capacidade de estocagem de alimentos para abastecer o mercado interno por, pelo menos, dois meses.

3.2.2. Em relação SAN segundo a dimensão do acesso de alimento

O Censo Demográfico Brasileiro foi a principal fonte para obtenção dos dados e informações. De acordo com os resultados encontrados, a pontuação foi 14,1 (48,1% do

total possível) revelando ISAN Moderada. O principal fator que contribuiu para esse resultado foi a baixa escolaridade do responsável pelo domicílio, avaliada como anos de estudo, sendo que a escolaridade influencia não só nas chances de obter uma melhor remuneração no trabalho, como na seleção e preparo dos alimentos. O fator renda do responsável pelo domicílio também contribuiu para esse resultado, estando associada a possibilidade de aquisição e utilização de bens e serviços essenciais à manutenção do estado de saúde e aquisição de alimentos. Os resultados do município de Mutuípe com aplicação do protocolo realizado por Panelli- Martins (2008) nessa mesma dimensão mostraram que os fatores que contribuíram para o resultado foi a renda do responsável pelos domicílios particulares e está associada à utilização de bens e serviços essenciais a manutenção do estado de saúde em especial à aquisição de alimentos.

3.2.3. A SAN segundo a dimensão Consumo de alimentos

A análise foi feita a partir dos indicadores: percentual de aleitamento materno, percentual de crianças com baixo peso ao nascer, percentual de crianças com menos de 5 anos com déficit ponderal para idade, que em sua maioria, refletem resultados do consumo alimentar inadequado sobre o crescimento e desenvolvimento. O CONSAD obteve 5 pontos nesta dimensão, representando 50% do total possível, portanto uma situação de IAN leve em relação ao consumo de alimentos. O alto percentual de crianças com baixo peso ao nascer, tem relação com o estado nutricional materno durante a gestação interferindo diretamente no estado de saúde e sobrevivência da criança; Alto percentual de crianças com menos de 5 anos de idade com déficit ponderal para idade, indica um estado de desnutrição atual, refletindo más condições de saúde, renda, educação, da família; O alto percentual de aleitamento materno exclusivo foi um resultado importante do estudo na definição de um quadro de IAN leve, partindo-se do pressuposto que o mesmo fornece nutrientes adequados qualitativamente e quantitativamente para o crescimento. O estudo de Panelli-Martins (2008) no município de Mutuípe identificou no indicador percentual de crianças com baixo peso ao nascer, relacionado com o estado nutricional materno durante a gestação e preditivo do estado de saúde e sobrevivência da criança; e o indicador percentual de crianças menores de 5 anos com déficit ponderal para idade, que indica um estado de desnutrição, refletindo más condições de saúde, renda e educação da família no município.

3.2.4. A SAN segundo a dimensão da utilização biológica dos alimentos

A análise inclui as condições de acesso a serviços sociais, de saneamento e de saúde. Foram utilizados seis indicadores para essa dimensão. O território obteve um resultado de 30 pontos (50% do total possível), tendo sido classificado em ISAN leve nesta dimensão.

O resultado obtido deve-se à deficiente cobertura do saneamento básico, tais como: falta de acesso a água tratada coleta de lixo doméstico e esgotamento sanitário, de forma que a exposição familiar a condições adversas de saneamento básico influencia diretamente na saúde da família. O resultado do estudo no município de Mutuípe não foi diferente do resultado do CONSAD, que indicou uma deficiente cobertura do saneamento básico, nela inclusa o acesso à água tratada, a coleta de lixo doméstico e o esgotamento sanitário, colaboram com o resultado (Panelli-Martins, 2008).

Importante ressaltar que o coeficiente de mortalidade infantil do Consórcio contribuiu para melhores resultados nesta dimensão, a partir da premissa que este indicador reflete as condições de saúde da população em geral. Cabe também informar que há Programa de Saúde da Família - PSF implantado e funcionando por todo o CONSAD e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) alcançam uma cobertura de 100%.

Quadro 3: Avaliação da situação de SAN por dimensões no Vale do Jiquiriçá (BA)

Dimensão	Pontuação máxima	Pontuação obtida	Escala de pontos (%)	Situação de SAN
Disponibilidade de alimentos	60	35,0	58,3	IAN leve
Acesso aos alimentos	30	14,4	48,1	IAN moderada
Consumo de alimentos	30	17,2	56,7	IAN leve
Utilização biológica de alimentos	60	30,0	50,0	IAN leve
Total	180	96,6	53,7	ISAN leve

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2012

4. Considerações Finais

Este estudo apresenta resultados da avaliação da situação de SAN e seus fatores determinantes no plano municipal do território do Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSAD Vale do Jiquiriçá. A insegurança alimentar foi uma condição

presente em todos os municípios avaliados, em grande parte destes na Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Leve. Analisando-se os resultados com base no protocolo torna-se possível identificar que variáveis estavam comprometendo o melhor desempenho dos municípios do CONSAD nas diferentes dimensões. Resultados indicaram a existência de fatores que expressam vulnerabilidade e risco de privação, os quais se não enfrentados podem gerar maior comprometimento e risco de insegurança moderada e grave com deficiência em alguns indicadores: Inexistência de armazéns, baixa escolaridade, renda do responsável insuficiente, alto percentual de crianças c/ baixo peso ao nascer, alto percentual de crianças com déficit ponderal p/ idade, deficiente cobertura de saneamento básico.

A aplicação de indicadores como medidas resumo de determinadas situações sob monitoramento e avaliação tem sido uma demanda na produção de evidências para orientar políticas públicas, a exemplo do processo saúde-doença. Critérios têm sido propostos para aperfeiçoamento dos indicadores, entendendo-se que ainda que persistam desafios metodológicos o investimento na aplicação dos mesmos deve ser continuado.

Portanto, o método aplicado apresenta-se como um instrumento importante para avaliação e gera orientações para a ação pública na direção da segurança alimentar e nutricional. O protocolo mostrou-se instrumental à formulação, ao acompanhamento e à avaliação de intervenções pelo executivo municipal.

Ressalta-se ainda a necessidade de atualizações frequentes de protocolos de avaliação da SAN, no sentido de acompanhar mudanças políticas, sociais e econômicas, que permite a melhor interpretação dessa condição nos municípios.

Referências

Anschau, F. R. (2008). *Insegurança alimentar de beneficiários de programas de transferência de renda* (Dissertação). Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.

BAHIA, (2014). Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que estabelece a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Recuperado em 15 de fevereiro, 2021, de:

<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>.

BAHIA (2016). Decreto 16.792 de 17 de junho de 2016 institui a Agência Territorial da Bahia (AG-TER). Recuperado em 15 de fevereiro, 2021, de:

<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=562>.

Ribeiro, Santos, Soares, Accioly & Panelli-Martins. *Indicadores Sociais da Segurança Alimentar e Nutricional em municípios do CONSAD Vale do Jiquiriçá, Bahia, Brasil*

Bezerra, T., & Pedraza, D. (2015). (In)segurança alimentar entre famílias com crianças menores de cinco anos residentes em área de vulnerabilidade social de Campina Grande, Paraíba. *Revista de Nutrição VL*, 28. doi:10.1590/1415-52732015000600008.

Bidarra, Z. S., & Rocha F.M. (2012). Um Estudo Sobre o Desenho Institucional Do Consórcio De Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD). *Informe Gepec, Toledo*, 16 (2), 98-114.

BRASIL (2010). Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. LOSAN nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Recuperado em 10 de Janeiro, 2012, de: <http://www.planalto.gov.br/consea>.

BRASIL (2009). Política de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, documento aprovado na plenária do CONSEA de 12 de agosto de 2009.

Burlandy, L. (2007). Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 12 (6), 1441-1451.

Cooperativa Nacional De Assessoria E Planejamento (2002). *Diagnóstico participativo*. CONSAD Jiquiriçá. Salvador, BA.

Food And Agriculture Organization of The United Nations (novembro, 1996). *Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação cimeira Mundial da Alimentação*. Roma, Itália. Recuperado em 20 de março, 2011, de: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>.

Food And Agriculture Organization of The United Nations (2020). *The state of food security and nutrition in the world*. (SOFTI). Recuperado em 10 de janeiro, 2021, de: <http://www.fao.org/publications/sofi/2020/en/>.

Galli F. et al (n.d.). How do small farms contribute to food and nutrition security? Linking European small farms, strategies and outcomes in territorial food systems. *Global Food Security*, 26,100 - 427.

Gross R., Schoeneberger H., Pfeifer H., & Preus H. J. (2000). Four dimensions of food and nutrition security: definitions and concepts. SCN News.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2004). Guia do CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. Versão 3, 2004. Recuperado em 17 de março, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Segurança alimentar – PNAD. (Relatório 2004/2009). IBGE 2010. Recuperado em 30 de abril, 2011, de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf.

Ribeiro, Santos, Soares, Accioly & Panelli-Martins. *Indicadores Sociais da Segurança Alimentar e Nutricional em municípios do CONSAD Vale do Jiquiriçá, Bahia, Brasil*

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) – Segurança Alimentar e Nutricional 2004-2013. Rio de Janeiro.

Kepple, A.W., & Segall-Corrêa, A.M. (2010). Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*. 16 (1), 187-199.

Maluf, R.S. (2006). Segurança alimentar e fome no Brasil – 10 anos da cúpula mundial de alimentação. *Relatórios técnicos 2*, Ceresan.

Moron, C. (2001) Guia para la gestion municipal de programas de seguridad alimentaria y nutrición. Santiago de Chile: Organizacion de Las Naciones Unidas Para La Agricultura, Oficina Regional para América Latina Y el Caribe.

Nascimento SGS., Becker C., Silva FN., Caldas NV., & Ávila M. R., (2019). Produção agroecológica e Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil). *Ver. De Ciência Agrarias* vol. Lisboa Mar., 2019, 42(1): 294-304.

Observatório de Políticas públicas para a agricultura (2009, setembro). Eixo Temático: Análise Comparativa da Política Públicas de Desenvolvimento Territorial, Produto 2. (Relatório/2009), Rio de Janeiro, RJ, Bonnal, P., & Kato, K. (2011). Recuperado em 12 de dezembro, 2011, de: www.ibam.org.br/publique.

Olalde, A. R. et al (2010, novembro). Dinâmicas Territoriais Rurais no Vale do Jiquiriçá, Bahia, Brasil. *VIII Congresso Latino-Americano De Sociologia Rural*. Porto de Galinhas. Pernambuco. Brasil. VIII.

Oliveira, L. C., De Arana, A. R. A., & Sant, A. L. (2017) O plano territorial de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS) - Território Noroeste Paulista (SP): planejamento e gestão. *Sociedade & Natureza*. 29 (1), 25-37.

Panelli-Martins B. E., Santos S. M. C., & Assis A. M. O, (2008). Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da. *Revista de Nutrição*, 21, 65-81.

Pereira M. H. Q., Pereira M. L. A. S., Panelli-Martins B. E., & Santos S. M. C. (2019) Segurança Alimentar e Nutricional e fatores associados em municípios baianos de diferentes portes populacionais. *Segurança Alimentar Nutricional*, 26, 1-11. Doi: [10.20396/san.v26i0.8653447](https://doi.org/10.20396/san.v26i0.8653447).

Pérez-Escamilla, E., & Segall-Corrêa, A. M., (2008) Food insecurity measurement and indicators. *Revista de Nutrição*, 21, 15-26.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá (2017), Amargosa – BA, CODETER Vale do Jiquiriçá, UFRB, CNPq, MDA.

Ramos, F. P., & Santos, S. M. C. dos (2020). National Conferences on Food and Nutrition Security and the formation of an action arena: the perspective of participating actors. *Research, Society and Development*, 9 (11). DOI: 10.33448/rsd-v9i11.10686.

Ribeiro, Santos, Soares, Accioly & Panelli-Martins. *Indicadores Sociais da Segurança Alimentar e Nutricional em municípios do CONSAD Vale do Jiquiriçá, Bahia, Brasil*

Ribeiro, J.C.S., (2012) *Avaliação da insegurança alimentar e nutricional domiciliar no consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local – CONSAD Vale do Jiquiriçá na Bahia. Salvador, Bahia* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Rose, D.D., (2008) Interventions to reduce household food insecurity: a synthesis of current concepts and approaches for Latin America. *Revista de Nutrição*, 21, 159-173. Doi: [10.1590/S1415-52732008000700014](https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700014).

Rossi M., Ferre Z., Curuchet M.R., Giménez A., & Ares G., (2017) Influence of socio-demographic characteristics on different dimensions of household food insecurity in Montevideo, Uruguay. *Public Health Nutrition*; 20(4):620-629. Doi: 10.1017/S1368980016002548.

Santos E. O., (2017) Relatório técnico do processo de elaboração do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário - PTDRSS: a dimensão da educação do campo do território do vale do Jiquiriçá – Bahia, UFRB, Amargosa.